

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Concurso Público

Nível Médio

Cargo 5: Técnico Judiciário Área: Administrativa

Caderno de Provas

Aplicação: 28/11/2004

TARDE

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Para Ler Sonhar

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **29/11/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **30/11 e 1.º/12/2004** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **5/1/2005** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – STM, de 15/9/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)6 1448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

- 1 É comum ouvir que o Brasil é um país onde há leis que pegam e leis que não pegam, como se isso fosse uma originalidade brasileira como a jabuticaba. É uma injustiça.
- 4 Há muitos países que sofrem com o mesmo problema.

As leis, principalmente as que interferem na vida cotidiana dos cidadãos, requerem uma sintonia fina entre

7 vários componentes: aparato policial, comportamento coletivo, grau de escolaridade etc. Do contrário, elas tendem a não sair do papel. No Brasil, existe muita lei que não pega

10 por falta dessa sintonia. Ou não há polícia suficiente para fazê-la ser cumprida. Ou a lei destoa fortemente de arraigados hábitos coletivos. E assim por diante.

André Petry. **Adultério e a desonestia**. In: **Veja**, 22/9/2004, p. 93 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima.

- 1 O desenvolvimento do texto apresenta como deve ser entendido o significado do verbo “pegam” (ℓ.2) a respeito de algumas leis: **sair do papel**.
- 2 Na argumentação do texto, o termo “jabuticaba” (ℓ.3) está servindo como exemplificação para algo que é tão tipicamente brasileiro como as leis que podem pegar ou não pegar; isto é, dar certo ou não dar certo.
- 3 A oração “É uma injustiça” (ℓ.3) classifica qualquer opinião que restrinja o Brasil às suas características agrícolas, ou a um simples cultivador de jabuticabas.
- 4 A expressão “o mesmo problema” (ℓ.4) retoma a idéia introduzida pela expressão “É comum ouvir” (ℓ.1) e mostra que em outros países também são ditas muitas coisas que não correspondem à verdade.
- 5 Por se tratar de uma situação que o texto deixa claramente hipotética, a substituição do modo indicativo no verbo “interferem” (ℓ.5) pelo subjuntivo **interferissem** preservaria as relações de sentido e a correção gramatical do texto.
- 6 A expressão “muita lei” (ℓ.9) está sendo empregada na forma de singular, mas com um sentido generalizante correspondente ao plural: o que se diz a respeito de “muita lei” vale para **muitas leis**.
- 7 As orações iniciadas por “Ou” (ℓ.10 e 11) retomam situações que correspondem aos “componentes” (ℓ.7) de “sintonia fina” (ℓ.6), respectivamente: “aparato policial” (ℓ.7) e “comportamento coletivo” (ℓ.7-8); por isso, “assim por diante” (ℓ.12) pode retomar “grau de escolaridade” (ℓ.8).

- 1 Filhos malcriados e agressivos... O problema da autoridade em crise não é do vizinho, não acontece no exterior, não é confortavelmente longínquo. É nosso. Parece
- 4 que criamos um bando de angustiados, mais do que seria natural. Sim, natural, pois, sobretudo na juventude, plena de incertezas e objeto de pressões de toda sorte, uma boa dose
- 7 de angústia é do jogo e faz bem.

Mas quando isso nos desestabiliza, a nós, adultos, e nos isola desses de quem estamos ainda cuidando, a quem

10 devemos atenção e carinho, braço e abraço, é porque, atordoados pelo excesso de psicologismo barato, talvez tenhamos desaprendido a dizer não, nem distinguimos

13 quando se devia dizer sim.

Ter um filho é necessariamente ser responsável. Ensinar numa escola é ser responsável. Estar vivo, enfim, é

16 uma grave responsabilidade.

Lya Luft. **Sobre pais e filhos**. In: **Veja**, 16/6/2004, p. 21 (com adaptações).

Considere as idéias e as estruturas lingüísticas do texto acima para julgar os itens subsequentes.

- 8 A argumentação do texto opõe “vizinho” (ℓ.2) e “exterior” (ℓ.3) a “Filhos” (ℓ.1) para reforçar que o problema “É nosso” (ℓ.3).
- 9 Ao intensificar com o advérbio “mais” (ℓ.4) o que deveria ser a medida “natural” (ℓ.5), a autora demonstra que a angústia na juventude deve ser evitada.
- 10 O pronome “isso” (ℓ.8) resume as idéias do primeiro parágrafo: as angústias da juventude.
- 11 Para preservar a correção gramatical, se o termo “adultos” (ℓ.8) fosse substituído por um termo no feminino, a preposição antes de “nós” (ℓ.8) sofreria contração com o artigo feminino e receberia acento indicativo de crase.
- 12 Preserva-se a coerência textual ao se substituir o pronome “quem” (ℓ.9) pelo pronome **que**; mas para se preservar a correção gramatical será, então, necessário retirar-se a preposição que o antecede.
- 13 De acordo com os sentidos do texto, a substituição de “devia” (ℓ.13) por **deveria** preserva a coerência textual e a correção gramatical.
- 14 Na linha 14, o emprego de flexão de singular em “é necessariamente” é requisito de concordância com “um filho”.

1 Sempre que um crime violento envolvendo menores
abala a sociedade, ressurgem a discussão sobre a necessidade
de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo
4 seus defensores, diminuir a responsabilidade penal para 16
anos inibiria a ação delituosa de rapazes e moças.

7 Segmentos da população, assustados com o aumento
da violência, imaginam ser esse o caminho para a reconquista
da segurança perdida.

10 Encarar o Estatuto da Criança e do Adolescente
como bode expiatório das mazelas nacionais é solução
cômoda, mas ineficaz. Ninguém de bom senso pode crer que
situar em faixa etária mais baixa a imputação criminal seja a
13 fórmula mágica capaz de devolver a paz às ruas e aos lares.
Bandidos que hoje usam jovens menores de 18 anos como
escudo, com a mudança, recorrerão a menores de 16 anos.
16 Depois virão os de 14, 12, 10.

Correio Braziliense. Opinião. 13/7/2004, p. 16 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito do texto acima.

- 15 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “envolvendo” (ℓ.1) por **que envolve**.
- 16 Na linha 11, a expressão “de bom senso” não está entre vírgulas porque ela restringe, isto é, não é empregada com a função de explicar, a idéia de “Ninguém”.
- 17 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical, e o texto torna-se mais objetivo e assertivo, com a substituição de “seja” (ℓ.12) pelo seu equivalente do modo indicativo: **é**.
- 18 Na linha 13, por estar marcado pelo sinal de crase como objeto indireto de “devolver”, o termo “às ruas” admite ser deslocado para imediatamente antes do termo “a paz”, sem que fique prejudicada a correção do texto.
- 19 O último período sintático do texto constitui um argumento a favor da idéia expressa no primeiro parágrafo: a diminuição da idade para a responsabilidade penal.
- 20 Apesar de constituir parte de um artigo de jornal, o nível de linguagem empregado no texto torna-o adequado para fazer parte de um documento oficial, como um parecer ou um relatório a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo.

Acerca dos órgãos da justiça militar brasileira, julgue os seguintes itens.

- 21 São órgãos da justiça militar da União o STM, a Auditoria de Correição, os conselhos de justiça, os juízes-auditores e os juízes-auditores substitutos.
- 22 Para efeito de administração da justiça militar em tempo de paz, o território nacional se divide em doze circunscrições judiciárias militares. Entre elas, a 11.^a abrange o Distrito Federal e os estados de Goiás e Tocantins.
- 23 Os conselhos de justiça e os tribunais de justiça militar nos estados integram cada uma das doze circunscrições judiciárias da União, de acordo com as suas respectivas localizações.

Julgue os itens a seguir, relativos à composição e à competência do STM e de seus órgãos.

- 24 O STM é composto de quinze ministros, divididos paritariamente, entre oficiais da ativa e do posto mais elevado das carreiras da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.
- 25 Compete ao STM julgar originariamente os oficiais-generais das Forças Armadas, nos crimes militares definidos em lei, decretar a prisão preventiva e conceder ou revogar menagem e liberdade provisória nos feitos de sua competência, entre outras atribuições legais.
- 26 Compete ao presidente do STM, que pode ser civil ou militar, entre outras funções, dirigir os trabalhos do tribunal, presidir as sessões plenárias e proclamar as decisões; representar o tribunal em suas relações com outros poderes e autoridades e corresponder-se com autoridades acerca de assuntos de interesse do tribunal e da justiça militar.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à organização, composição e competência dos órgãos de primeira instância da justiça militar da União.

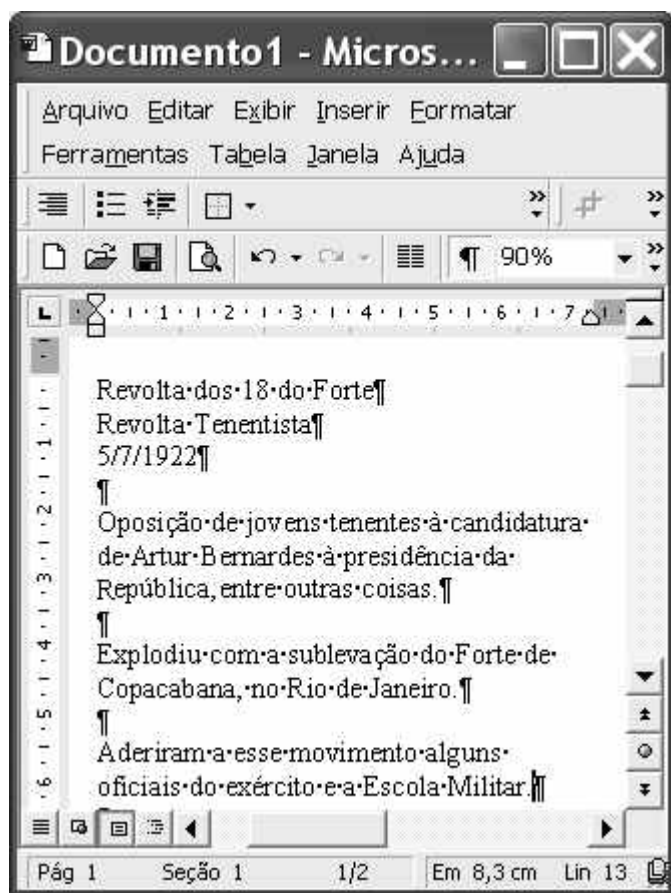
- 27 Cada circunscrição judiciária militar corresponde a uma auditoria, composta de um juiz-auditor, um juiz-auditor substituto, um oficial superior e três oficiais de posto até capitão-tenente ou capitão, um diretor de secretaria, dois oficiais de justiça avaliadores e demais auxiliares, os quais formam o Conselho Permanente de Justiça, presidido pelo juiz togado.
- 28 A Auditoria de Correição tem jurisdição em todo o território nacional e é composta por um juiz-corregedor, um diretor de secretaria e auxiliares, competindo ao juiz-corregedor, entre outras funções, proceder às correições gerais e especiais nas auditorias na forma da lei e instaurar procedimento administrativo para apuração de falta cometida por servidor que lhe seja subordinado.
- 29 Os conselhos de justiça militar incluem o Especial, a quem cabe processar e julgar, nos crimes militares, os oficiais, exceto os generais, que são julgados pelo STM, e o Permanente, a quem compete julgar os demais acusados, nos crimes previstos na legislação penal militar, sendo que ao presidente do conselho cabem tarefas relevantes da judicatura, como receber e rejeitar a denúncia, decidir sobre o arquivamento ou não de inquérito, relaxar ou manter a prisão em flagrante e decretar ou revogar prisão preventiva.
- 30 O ingresso na carreira da magistratura da justiça militar da União dar-se-á por concurso público de provas e títulos, no cargo de juiz-auditor substituto e por sorteio de juízes militares.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos magistrados da justiça militar.

- 31 Os magistrados de primeira instância da justiça militar gozam de férias individuais, de sessenta dias, concedidas segundo a conveniência do serviço, as quais não podem fracionar-se por período inferior a trinta dias, nem acumular-se, exceto por necessidade do serviço e pelo prazo máximo de dois meses.
- 32 A posse dos magistrados da justiça militar dar-se-á no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento no órgão oficial, e o exercício, trinta dias contados da posse, porém se os prazos forem descumpridos, o descumprimento será mera irregularidade, produzindo o ato todos os seus efeitos.

Acerca do Ministério Público da União junto à justiça militar, da Defensoria Pública e dos serviços auxiliares, julgue os itens a seguir.

- 33 O Ministério Público mantém representantes junto à justiça militar, sendo seus membros subordinados hierarquicamente ao STM.
- 34 Os serviços auxiliares da justiça militar são executados pela Secretaria do STM e pelas secretarias das auditorias, cujos servidores são regidos por estatuto próprio, não se lhes aplicando o regime disciplinar estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União e sim o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).
- 35 Aos técnicos judiciários cabe executar os serviços determinados pelo juiz-auditor e diretor de secretaria e aos oficiais de justiça avaliadores cabe fazer as citações por mandado, bem como as notificações e intimações.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2000 contendo um documento em processo de edição, julgue os itens a seguir.

- 36 Considere a realização do seguinte procedimento: selecionar as três primeiras linhas mostradas do documento; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **N**; teclar **I**; liberar a tecla **Ctrl**. Após essas ações, o trecho “Revolta (...) 5/7/1922” ficará selecionado e com o estilo de fonte alterado para negrito e itálico.

- 37 Por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**, é possível enviar, como anexo de uma mensagem de e-mail, todo o documento em edição para um destinatário de correio eletrônico.
- 38 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar sobre “Oposição”; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; clicar sobre “Militar”; liberar a tecla **Shift**; clicar o botão . Após esse procedimento, os três parágrafos do documento iniciados com “Oposição”, “Explodiu” e “Aderiram” serão transferidos, respectivamente, para as três linhas iniciais de uma tabela contendo apenas uma coluna.
- 39 Para inserir uma marca de tabulação na primeira linha do parágrafo iniciado por “Oposição”, é suficiente clicar sobre qualquer palavra do referido parágrafo e, a seguir, clicar o botão .

Um empregado de um escritório utiliza um microcomputador do tipo PC para realizar parte de seu trabalho. Com o passar do tempo, ele percebeu que, para realizar de forma mais eficiente suas tarefas, seriam necessárias algumas alterações no computador, bem como a aquisição e a instalação de alguns periféricos.

Com relação a essa situação e a *hardware* de computadores do tipo PC, julgue os itens seguintes.

- 40 Caso o usuário perceba que o computador está demandando tempo excessivo para executar alguns programas, e ele deseje aumentar a velocidade de execução desses programas, ele irá fazê-lo com sucesso por meio da instalação de uma memória ROM no computador, que diminuirá a quantidade de acessos ao disco rígido, aumentando a velocidade de execução de programas.
- 41 Se o usuário desejar imprimir documentos em diferentes cores, ele poderá fazê-lo por meio da instalação de uma impressora do tipo jato de tinta que permita impressão em cores.
- 42 Caso o usuário deseje, por meio de mídia removível, transferir um arquivo de 300 MB de seu computador para um outro computador de seu escritório, ele poderá fazê-lo utilizando um dispositivo do tipo *pendrive* que tenha capacidade adequada.
- 43 Caso o usuário perceba que, para realizar melhor seu trabalho, é essencial conectar o seu computador a uma rede de computadores do tipo *ethernet*, disponível em seu escritório, será necessário o uso de um *modem* ADSL.



Considere que a janela do Windows Explorer ilustrada acima esteja sendo executada em um computador do tipo PC, cujo sistema operacional é o Windows 98. Com relação a essa janela, ao Windows 98 e ao computador em que a referida janela está sendo executada, julgue os itens a seguir.

- 44 O computador mencionado acima contém uma pasta de nome Pasta STM que ocupa mais de 7 MB de espaço de memória.
- 45 Por meio de recurso disponibilizado ao se clicar com o botão direito do *mouse* sobre o ícone  Fig 1, é possível acessar funcionalidade do Windows 98 que permite o envio do arquivo associado ao referido ícone como arquivo anexado ao corpo de uma mensagem de correio eletrônico.
- 46 Ao se clicar o ícone  Fig 4 e, em seguida, o botão , o arquivo associado ao referido ícone será enviado diretamente à Lixeira do Windows 98.

Acerca de conceitos relacionados à Internet e a correio eletrônico, julgue os itens subseqüentes.

- 47 Uma mensagem de correio eletrônico pode passar por diversos computadores pertencentes à Internet no trajeto entre a máquina remetente e a destinatária da informação. Em cada um desses computadores, potencialmente, a mensagem pode ser ilegalmente interceptada, lida e(ou) pirateada.
- 48 Para participar de um grupo de discussão na Internet, é necessário que os endereços eletrônicos de todos os participantes pertençam ao mesmo provedor de *e-mail*. Essa política permite a aplicação de normas de segurança que, no Brasil, são estabelecidas pelo Ministério da Justiça e executadas pela Polícia Federal.

- 49 O uso de *firewall* permite que, por meio de um conjunto de regras estabelecidas, se defina que tipos de dados podem ser trocados entre dois computadores e quais computadores podem trocar informações com determinado computador.
- 50 O ICQ é um aplicativo que utiliza a Internet para permitir a distribuição de arquivos MP3 e MPEG2 de som e vídeo comprimidos. Para que determinados recursos do ICQ possam ser adequadamente utilizados, é necessário que o computador no qual o ICQ é executado tenha nele instalado um *kit* multimídia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva acerca de nacionalidade, a ser julgada à luz da Constituição Federal.

- 51 Manoel Antônio, jurista de reputação internacional, é brasileiro naturalizado, com doutorado na Universidade do Texas – EUA, e ocupa atualmente o cargo de professor-visitante da Universidade de Brasília (UnB). Nessa situação, Manoel Antônio, em nenhuma hipótese, poderá ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).
- 52 Carol, cidadã norte-americana, e Luigi, cidadão italiano, que são casados há 8 anos e moram na Itália, estavam passando férias no Rio de Janeiro desde setembro de 2004. Carol estava grávida e o nascimento da criança estava previsto para novembro. Dois dias antes do voo de volta à Itália, o filho de Carol nasceu no Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessa situação, em face das previsões constitucionais, o filho do casal será considerado brasileiro nato.
- 53 Manoel é cidadão português e reside em Brasília há 13 anos ininterruptos, trabalhando como auxiliar de enfermagem no Hospital Universitário. Nessa situação, caso apresente idoneidade moral, não há óbice constitucional para Manoel adquirir a nacionalidade brasileira.

Julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal.

- 54 Os poderes de Estado, apesar de independentes, devem atuar de maneira harmônica. O princípio da separação de poderes consagrado na Constituição Federal assegura que um poder controle os demais e por eles seja controlado. Esse princípio é denominado, pela doutrina do direito constitucional, teoria dos freios e contrapesos.

55 Constituição de estado-membro da Federação que preveja um conselho estadual de justiça que, composto de representantes dos Poderes Judiciário e Legislativo e da Ordem dos Advogados do Brasil, tenha atribuições de fiscalização administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público não ofenderá o princípio da separação dos poderes previsto na Constituição Federal.

Considerando a garantia fundamental da inviolabilidade do sigilo de correspondência e de comunicações telegráficas, julgue os itens que se seguem.

56 O sigilo das comunicações telegráficas, como todo direito fundamental, tem caráter absoluto.

57 Considere a seguinte situação hipotética.

João foi condenado a pena de 30 anos de prisão por tráfico de drogas e outros crimes. Líder do tráfico de drogas na favela ABC da capital de seu estado, João está cumprindo a pena no presídio HG.

Nessa situação, a administração do presídio poderá, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional e de preservação da ordem jurídica, excepcionalmente, violar as correspondências de João.

Julgue os itens seguintes, relativos a direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

58 A situação de policial civil com direito a prisão especial não se caracteriza como regalia em conflito com o princípio da isonomia, pois a própria Constituição assegura aos presos o respeito à integridade física e moral.

59 Considere a seguinte situação hipotética.

O governador de determinado estado brasileiro editou decreto vedando a realização de manifestação pública com a utilização de carros e aparelhos sonoros nas praças centrais da capital, onde estão localizados o palácio do governo e a sede do Poder Judiciário.

Nessa situação, o decreto é inconstitucional, pois viola a garantia constitucional que assegura esse direito, inviabilizando o exercício do próprio direito ao impedir a comunicação entre os manifestantes.

Acerca do direito administrativo brasileiro e considerando a Constituição Federal, julgue o item que se segue.

60 A Constituição Federal assegura a todo cidadão, inclusive aos estrangeiros, acessibilidade aos cargos públicos, garantido-se o princípio administrativo da igualdade. Assim, considerando concurso de âmbito nacional, não pode um edital determinar a classificação dos candidatos por unidade da Federação uma vez que um candidato poderá classificar-se em uma delas com nota inferior ao que, em outra, não alcance a classificação respectiva.

Com referência às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

61 O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, nomeado por livre indicação do presidente da República e escolhido entre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e de reputação ilibada.

62 Considere a seguinte situação hipotética.

Mário é formado em direito e integrante da carreira do Ministério Público Militar.

Nessa situação, não haverá nenhuma vedação a que, caso Mário seja aprovado em concurso para professor da Faculdade de Direito da UnB, ele passe a exercer também a função pública de magistério.

63 O ingresso na carreira do Ministério Público Militar deve ser precedido de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do comando supremo das Forças Armadas.

64 Segundo a Constituição Federal, a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Contudo, um defensor público do Distrito Federal não tem legitimidade para defender os necessitados no STF, devendo estes dirigirem-se ao Procurador-Geral da República.

65 Para ingresso na carreira de defensor público, portador do grau de bacharel em direito terá necessariamente que se submeter aos ditames da Constituição de 1988 que exigem o ingresso na carreira mediante concurso público de provas e títulos.

O plenário do STF considerou insubsistentes requerimentos aprovados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do BANESTADO sobre quebra de sigilo telefônico de Juscelino Nunes Vidal, advogado de uma empresa investigada pela comissão, bem como sua convocação para depor.

A decisão unânime foi tomada hoje (7/10) no julgamento de segurança (MS 25005) do advogado e seguiu o voto do relator, ministro Marco Aurélio. O principal argumento para a decisão foi a falta de *quorum* na ocasião em que os requerimentos foram aprovados pela CPMI.

“Registrou-se a presença de 16 parlamentares, quando indispensável seria contar-se com 18”, disse Marco Aurélio, ao referir-se à ata da reunião da comissão no dia da aprovação da quebra de sigilo.

Para o ministro, que foi acompanhado pelos demais, “na Casa das Leis, procedeu-se à reunião sem que se respeitasse o *quorum* próprio, ou seja, deliberou-se sem a maioria absoluta”.

O relator também rejeitou argumento do presidente da CPMI do BANESTADO, senador Antero Paes de Barros (PSDB – MT), quanto à ilegitimidade do advogado para contestar o ato da comissão. Ele disse que o pedido do advogado objetivou preservar direito próprio e protegido constitucionalmente — o sigilo profissional.

Marco Aurélio havia suspenso os requerimentos no início de agosto, quando concedeu a liminar pedida pelo advogado.

Notícias do STF. Internet: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em 7/10/2004 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subseqüentes, relativos ao Congresso Nacional, ao processo legislativo e aos direitos e deveres individuais, coletivos e sociais.

66 Pela análise do texto e segundo a Constituição Federal, ministro de Estado pode ser convocado pela Câmara dos Deputados para prestar informações pessoalmente acerca de matéria de interesse dessa Casa legislativa.

67 Na hipótese de o senador presidente da CPMI encontrar irregularidades nas declarações de imposto de renda de ministro de Estado, ele deverá instaurar processo perante o Senado Federal, com a autorização de dois terços de seus membros.

68 Segundo a Constituição Federal, ministro do STF pode propor emenda à Constituição ao presidente dessa Corte, que a encaminhará ao Congresso Nacional.

69 O “sigilo telefônico” é direito e garantia fundamental do cidadão, conforme prevê a Constituição Federal. Com efeito, é correto afirmar que uma proposta de emenda tendente a abolir essa garantia não será objeto de deliberação.

70 O STF, o STM, os deputados federais e os senadores da República podem propor leis complementares e ordinárias nos casos previstos na Constituição.

71 Associação de aposentados de estado da Federação legalmente constituída em setembro de 2004 poderá impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses relativos ao desconto no pagamento da aposentadoria de seus associados.

72 Segundo a Constituição Federal, qualquer servidor do STM ou do STF é parte legítima para propor ação popular, arcando com as custas judiciais apenas quando não obtiver êxito.

73 Caso algum funcionário da empresa investigada pela CPMI seja condenado a pena de prisão por juiz competente, ele poderá ser destacado a realizar, na penitenciária, trabalhos forçados, segundo a natureza do crime e garantido o respeito à integridade física e moral.

74 Considerando a possibilidade de os funcionários da empresa investigada pela CPMI fundarem um sindicato, deverão os candidatos a cargos eletivos da diretoria, por exigência do Ministério do Trabalho e Emprego, requerer autorização da administração municipal competente.

75 Sindicato constituído regularmente pode defender os interesses individuais da categoria em demandas judiciais ou administrativas.

Julgue os itens a seguir, relativos à Lei n.º 9.421/1996, que cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de suas remunerações e dá outras providências.

76 Considere a seguinte situação hipotética.

Valério, em 1999, foi aprovado em concurso público para o cargo de técnico judiciário do STM e tomou posse em fevereiro de 2000. Em janeiro de 2004, seu pai foi nomeado pelo presidente da República, com a aprovação da indicação pelo Senado Federal, para o cargo de ministro do mesmo tribunal.

Nessa situação, Valério não poderá receber função comissionada para servir no gabinete de seu pai, conforme vedação expressa da lei em apreço.

77 Com a edição da referida lei, os servidores do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça de São Paulo, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal Superior do Trabalho, no âmbito de seus quadros de pessoal, criaram as carreiras de auxiliar judiciário, técnico judiciário e analista judiciário.

Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça foi designado pelo ministro como presidente da comissão de licitação para construção do primeiro presídio federal na cidade de Brasília – DF. A obra é motivada pelo grande aumento do crime organizado no país e, sobretudo, pela necessidade de isolar os líderes que controlam suas facções de dentro dos estabelecimentos prisionais das capitais dos estados. A previsão do custo da obra é de R\$ 15.000.000,00.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes, relativos à Constituição Federal e à Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações.

78 Ao elaborar o edital para construção do presídio federal, o presidente da comissão deverá estabelecer necessariamente a modalidade tomada de preço ou a concorrência.

79 Uma vez justificada a urgência em face do comprometimento da segurança dos cidadãos, poderá o ministro da Justiça, com a autorização do presidente da República, criar outra modalidade de licitação não prevista na Lei n.º 8.666/1993.

80 Constatado vício no edital, o diretor do Departamento Penitenciário e presidente da comissão de licitação deverá alterá-lo e determinar a sua publicação pelo mesmo prazo inicialmente estabelecido e na mesma forma estabelecida no texto original.

81 A comissão de licitação instituída pelo ministro de Justiça será responsável pelo julgamento dos recursos e impugnações do procedimento licitatório, não podendo os participantes, em face do princípio da separação dos poderes, acionar o Poder Judiciário.

82 Considere a seguinte situação hipotética.

Josué, técnico judiciário do STM, empossado em março de 2003, constatou irregularidade na aplicação da Lei de Licitações ao edital de construção do presídio federal.

Nessa situação, Josué poderá ser parte legítima para impugnar o edital.

No que se refere a contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

83 A Constituição Federal assegura expressamente o concurso público de provas e títulos para a investidura em cargo ou emprego público. Em casos excepcionais, os estados-membros poderão autorizar, mediante lei, o provimento de cargos públicos por contrato administrativo, sem concurso público.

84 Considere a seguinte situação hipotética.

Estado-membro da Federação firmou contrato de estágio em programa de saúde pública que prevê a remuneração aos estudantes de medicina vinculada à dos médicos residentes, com valor de R\$ 2.000,00.

Nessa situação, não poderá o estado, no curso do contrato, romper a igualdade, determinando o pagamento aos estagiários de valor inferior, o que constituiria violação ao princípio da boa-fé, entre outros.

85 Se uma empresa de reforma for contratada para pintar os gabinetes da Secretaria de Cultura de um estado da Federação e atrasar seis meses, injustificadamente, o início do serviço, esse fato, por si só, constituirá motivo para rescisão do contrato firmado entre essa empresa e a secretaria.

86 A possibilidade de alteração unilateral do contrato administrativo não possui caráter absoluto, segundo entendimento da doutrina majoritária do direito administrativo.

87 A rescisão do contrato por motivo de interesse público obriga a administração a ressarcir os prejuízos efetivamente sofridos pelo contratado, ensejando, ainda, direito a devolução das garantias, pagamentos devidos até a data da rescisão e pagamento de custo de desmobilização.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens subseqüentes.

88 O STM, no desempenho de função administrativa, deve utilizar-se da Lei n.º 9.784/1999, uma vez que, nessa hipótese, seus preceitos também se aplicam aos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário da União.

89 Considere a seguinte situação hipotética.

Célio, servidor público concursado da Secretaria de Cultura de estado-membro da Federação, recebeu intimação para prestar esclarecimentos em processo administrativo que estava em curso no departamento em que atuava. Para obter maiores informações acerca do processo, Célio manteve contato com o assessor jurídico da Secretaria, que informou a Célio a respeito da impossibilidade de fornecer informações, uma vez que os atos do processo obedecem ao princípio da oralidade e celeridade, não sendo produzidos por escrito.

Nessa situação, a informação do assessor jurídico não corresponde a preceito da Lei n.º 9.784/1999, que prevê a forma escrita para os referidos atos.

Quanto aos poderes administrativos, julgue o item abaixo.

90 A doutrina majoritária do direito administrativo brasileiro entende que as sanções criminais impostas pelo Poder Judiciário ao servidor público vinculam o exercício do poder disciplinar da administração. Assim, um policial civil de determinado estado da Federação que cometer um crime e for condenado no juízo penal sofrerá, obrigatoriamente, sanções de natureza administrativa.

O STM realizou concurso público de provas e títulos para o cargo de técnico judiciário em novembro de 2003. O concurso foi homologado em janeiro de 2004, registrando-se a aprovação de 30 candidatos. O edital do concurso estabeleceu um prazo de validade de 8 meses.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subseqüentes à luz da Lei n.º 8.112/1990.

91 Considerando-se as disposições da referida lei, o edital apresenta-se eivado de vício, o que acarreta sua nulidade, pois os concursos públicos devem ter validade por dois anos.

92 Considere, por hipótese, que Geraldo tenha sido aprovado em terceiro lugar no referido concurso. Nessa situação, caso Geraldo não seja convocado oficialmente a tomar posse no prazo de validade estabelecido no edital, poderá o tribunal preparar novo edital, que prorrogue o prazo do concurso por um período de 2 anos.

93 Considerando-se que o candidato aprovado em 16.º lugar no referido certame, até julho de 2004, não tivesse sido convocado oficialmente a tomar posse no cargo, não poderia ter sido realizado outro concurso para o mesmo cargo naquele mês.

Ainda à luz da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens que se seguem.

94 Considere a seguinte situação hipotética.

Servidor concursado em certame realizado em 2003 tomou posse no mesmo ano em autarquia federal com lotação na cidade de Florianópolis – SC. Por determinação do presidente da autarquia, o servidor foi transferido, por interesse do serviço, para Brasília.

Nessa situação, o servidor terá direito a ajuda de custo, correndo às expensas da autarquia as despesas de transporte, que compreendem passagem, bagagem e bens pessoais.

95 Técnico judiciário aprovado em concurso público para o STM, após adquirir estabilidade no cargo e com 38 anos completos, não poderá concorrer às eleições de 2006 para o cargo de deputado federal no Distrito Federal, por incompatibilidade expressa na Lei n.º 8.112/1990.

96 Considere a seguinte situação hipotética.

Adriano Silva é analista judiciário do STM há 8 anos. Por influência de seu pai, político importante, Adriano prepara-se para uma possível candidatura ao cargo de deputado distrital no DF nas eleições de 2006. Ao consultar o advogado de seu partido, Adriano foi informado de que, uma vez investido no mandato eletivo desejado, ficará necessariamente afastado de seu cargo de analista judiciário.

Nessa situação, a informação do advogado está de acordo com o que dispõe a Lei n.º 8.112/1990.

À luz do direito administrativo brasileiro e da Constituição Federal, julgue os itens seguintes.

97 Considere a seguinte situação hipotética.

Elaine, servidora pública, foi dispensada pela Secretaria de Turismo à qual estava vinculada, após sindicância, com ampla defesa assegurada, por ter praticado atos incompatíveis com a função do cargo em que se encontrava investida.

Nessa situação, Elaine não poderia ter sido dispensada, sendo nulo o ato da Secretária de Turismo, por não ter sido fundado em sentença judicial transitada em julgado, hipótese única em que um servidor público perde o seu cargo.

98 Segundo o texto constitucional, a administração pública é regida, entre outros, pelos princípios da legalidade, moralidade e da eficiência. Considerando-se um servidor público em estágio probatório, durante o qual também se verifica se a pessoa habilitada no certame preenche os requisitos legais exigidos, é correto afirmar que esse servidor deverá, obrigatoriamente, observar, em suas atividades, os princípios da eficiência e da moralidade.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

99 Segundo entendimento majoritário da doutrina do direito administrativo brasileiro, os atos administrativos dos servidores da administração pública indireta não são passíveis de controle jurisdicional.

100 Qualquer ato discricionário praticado por prefeito municipal deve atender obrigatoriamente ao princípio da moralidade pública previsto na Constituição Federal.

Acerca dos procedimentos a serem adotados no acervo arquivístico do STM, julgue os itens a seguir.

101 No funcionamento do sistema de arquivo do STM, o plano de classificação é o instrumento auxiliar adotado nos arquivos setoriais.

102 A tabela de temporalidade é um instrumento auxiliar aplicado aos documentos na fase permanente do ciclo vital dos documentos.

103 As unidades de acondicionamento adotadas na fase corrente permanecem inalteradas quando ocorre o processo de transferência dos conjuntos documentais do acervo arquivístico.

104 Na fase intermediária, uma parcela dos documentos será recolhida para a guarda permanente sem que ocorra descarte.

105 Um dos objetivos da gestão dos documentos na fase corrente é aumentar a eficácia administrativa.

106 Segundo as normas adotadas nos arquivos institucionais, o empréstimo de documentos será facultado a qualquer setor solicitante, desde que cumpridos os prazos definidos para a sua devolução.

A composição do conceito de arquivo adotado pela arquivística, inclui os documentos que

107 possuam um mesmo tipo de suporte físico.

108 devem ser preservados em decorrência de seu valor.

109 sejam acumulados por pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas.

110 constituam coleções temáticas.

111 obedeçam a um método de arquivamento único.

Acerca dos métodos de arquivamento adotados pela arquivística, julgue os itens subsequentes.

112 O método alfabético adota a primeira letra do nome como o principal elemento na recuperação da informação.

113 O assunto é o elemento preponderante para a recuperação da informação nos arquivos que utilizam o método onomástico.

114 No método numérico simples, a recuperação da informação obedecerá ao número atribuído ao documento.

No que se refere às medidas preventivas a serem adotadas no acervo arquivístico do STM, julgue os itens que se seguem.

115 No caso de ser imprescindível a junção de anexos aos documentos, é indicado o uso de clipe plástico.

116 No caso de ocorrerem rasgos, é indicado o uso de fitas adesivas para as pequenas restaurações dos documentos em suporte papel.

117 Para o registro do código de classificação nos documentos em suporte papel do STM, deve ser utilizada caneta esferográfica, pois esta não danifica as fibras do papel.

118 As embalagens devem ser de tamanho maior que os documentos em suporte papel a fim de se evitar dobras e rasgos.

119 O uso de luvas de algodão é recomendável para o manuseio das fotografias e dos negativos existentes no acervo arquivístico.

120 O piso do espaço físico reservado à guarda dos documentos deve ser lavado semanalmente com água e sabão neutro a fim de se evitar as ações de agentes nocivos.

